



ATA n.º 68

Assunto: Sexagésima oitava reunião plenária do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 26 de junho de 2013, pelas 09h00, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a presença dos seguintes membros: Diretor, Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, que presidiu, Prof. Doutor Rui Pinto, Prof. Doutor José Renato Gonçalves, Prof. Doutor João Miranda, Prof.^a Dr.^a Rute Saraiva e Mestre Marco Capitão Ferreira, D. Conceição Feiteiro e Estudantes Francisco Magalhães, Pedro Saraiva e Jorge Pinheiro. Estiveram ainda presentes, nos termos estatutariamente previstos, sem direito de voto, a Secretária Coordenadora da Faculdade, Dra. Ana Paula Carreira, e a Presidente da AAFDL, Francisca Soromenho.

O Conselho, regularmente convocado pelo Diretor, tinha a seguinte ordem de trabalhos: 1) Aprovação da ata da reunião anterior (de 17/06/2013); 2) Regulamento de Avaliação de Conhecimentos; 3) Preparação do ano letivo 2013/2014; 4) Obras; 5) Centros de Investigação / Carreira de Investigador; 6) Pós-graduações; 7) Biblioteca; 8) Projeto do Núcleo de Apoio ao Estudante; 9) Outros assuntos.

1) Aprovação da ata da reunião anterior (de 17/06/2013): A acta foi aprovada por unanimidade.

2) Regulamento de Avaliação de Conhecimentos: Neste ponto esteve presente a Professora Doutora Maria João Estorninho, a convite do Conselho Académico. O Director introduziu a matéria da revisão do processo de avaliação e da sua importância a vários níveis para a vida da escola e agradeceu, em nome do Conselho, agradeceu a disponibilidade.





FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Professora Maria João Estorninho agradeceu o convite e a oportunidade de ouvir a sensibilidade do Conselho Académico e do Director sobre aspectos ligados ao impacto na gestão da escola das soluções a adoptar no regulamento de avaliação. Fez, de seguida, um balanço do processo de audição pública, dando conta de que foram formalmente recebidos 12 contributos, que o Conselho Pedagógico está a analisar.

Mais esclareceu que foram recebidos contributos de docentes e funcionários não docentes, bem como percepcionadas as tomadas de posição dos alunos, quer através da realização de uma RGA quer através de petições on-line.

E que teve ainda ocasião de apresentar o projecto ao Conselho Científico. O aluno Pedro Saraiva sublinhou o seu apoio à proposta mas acima de tudo congratulou o Conselho Pedagógico por ter conseguido iniciar este processo decisivo para a Escola.

O Professor João Miranda prestou solidariedade à Presidente do Conselho Pedagógico e, na sua pessoa, a todos os seus membros, especialmente face a certo tipo de acontecimentos que não enobrecem a vida da Escola e felicitou o Conselho, na sua pessoa, pela capacidade de trabalho e resiliência na gestão deste processo.

Salientou que concorda com a orientação subjacente de privilegiar o ensino face à avaliação, que não pode estar concebida em moldes omnipresentes.

Quanto ao projecto, o Professor João Miranda salientou que eram seus contributos: na relação entre aulas teóricas e práticas, desde logo nos casos de cadeiras em que o regente assegura simultaneamente as aulas teóricas e práticas, e que poderia justificar que deixasse de haver distinções entre as duas, nomeadamente quanto ao registo da assiduidade; mais sugeriu que se deveria consagrar que as aulas práticas devem iniciar-se no mesmo dia das aulas teóricas, para atenuar; e salientou a necessidade de verificar a possibilidade de cortar no tempo de avaliação e aumento do tempo lectivo.

O Professor Doutor Rui Pinto salientou que a semestralização tem um impacto ao duplicar os momentos de avaliação formal ao longo do ano. Salientou ainda que a



quantidade de estudantes que a Faculdade recebe também tem um impacto no peso da avaliação. E entende ainda que a complexidade destas matérias lhe permite aceitar que, discordando de soluções, são essas as que a Escola escolheu. Mais propôs que a nota de dispensa suba para 14, como forma de valorizar este mecanismo e o tornar efectivamente funcional. Também subscreveu a necessidade de diminuir o tempo de exames. E alertou para que o facto de prever elementos formais de avaliação escrita nas duas últimas semanas de aulas acabará por comprimir mais o tempo lectivo e que isso afectará a avaliação se efectivamente se consegue ou não reduzir o tempo de avaliação e aumentar o tempo lectivo. Por fim, chamou a atenção para o sistema de coincidências, que pode ser excessivamente garantístico, e cuja avaliação deve ser ponderada e para a existência, nos moldes actuais, de uma época de recurso.

Concluiu dizendo que o processo tem de ser levado até ao fim, e que independentemente das soluções a adoptar, é preciso incluir.

O Professor Renato Gonçalves subscreveu, a título pessoal, a solidariedade prestada pelo Conselho ao Conselho Pedagógico e a coragem demonstrada pelo órgão.

O Mestre Marco Capitão Ferreira suportou a mesma posição dos colegas, tendo concretamente sublinhado dois aspectos: alguns cuidados que se devem ter na liberdade de definição dos modelos de avaliação, e a importância de a nota de dispensa ser de 14.

O aluno Tiago Quaresma saudou a existência de um projecto, independentemente das soluções em concreto.

O aluno Francisco Magalhães felicitou o Conselho e sublinhou que é importante avançar rapidamente com a implementação de uma reforma que deve permitir gerar maior tempo lectivo.

A D. Conceição Feiteiro subscreveu, a título pessoal, a solidariedade prestada pelo Conselho ao Conselho Pedagógico.



O aluno Pedro Saraiva sublinhou que não deveria existir uma prova escrita obrigatória, devendo a liberdade de fixar o modelo de avaliação ser total para cada equipa docente. A Presidente da AAFDL sublinhou que já teve ocasião de transmitir as suas posições.

O Director salientou a qualidade da discussão. Mais abordou outros aspectos conexos com o objectivo de rentabilizar o tempo lectivo, nomeadamente as relacionadas com a preparação do ano lectivo, com a distribuição por subturmas, entre outros.

Pedi, ainda, que fosse considerada a vigência a título experimental, atendendo à oportunidade que assim se criaria de adaptar as soluções à capacidade da escola de as aplicar.

Fechando este ponto a Professora Doutora Maria João Estorninho salientou a utilidade deste convite, congratulando-se com a sua oportunidade.

Salientou a preocupação com a procura de consensos e de uma ligação fundamental entre este processo de revisão e a visão da Escola e que o projecto de Regulamento reflecte essa procura.

O objectivo do regulamento é beneficiar o processo de avaliação, tendo sempre presente que a forma como decorre a avaliação reflecte sempre também como está organizado o ensino.

Mais salientou que o processo de audição pública se debruça sobre o projecto do Conselho, que em si já incorpora o momento da vida da escola e as limitações práticas de implementação de certas soluções.

O Director encerrou este ponto reafirmando a solidariedade com o processo e a disponibilidade do conselho e dos seus membros para apoiar tecnicamente o desenho das soluções, independentemente de quais elas venham a ser.



3) Preparação do ano letivo 2013/2014: Foi discutida a necessidade de fazer o calendário do ano lectivo. E da necessidade de obter a distribuição do serviço docente, por forma a avaliar as necessidades de providenciar a contratação de assistentes-convidados, matéria na qual o Conselho terá de intervir.

Foi ainda acordado rever o procedimento de formação de horários, para avaliar alternativas que permitam flexibilizar.

4) Obras: O Professor Doutor João Miranda informou que vão ser abertos os procedimentos decididos pelo Conselho para as obras de realocização de alguns serviços e criação de novos espaços lectivos, embora neste último caso em relação a uma das duas salas, se verifiquem alguns constrangimentos financeiros.

5) Centros de Investigação / Carreira de Investigador: Este ponto foi adiado.

6) Pós-graduações: Este ponto foi adiado.

7) Biblioteca: O Professor João Miranda chamou a atenção para as deficiências de funcionamento da Biblioteca, nomeadamente na medida em que isso se traduz em furtos endémicos. A Biblioteca, enquanto serviço fundamental da Faculdade, está sem dirigente há 3 anos, estando em falta o respectivo regulamento há quase dois anos. O Conselho deliberou mandar o Director para solicitar a apresentação de um projecto de regulamento e garantir a implementação de um sistema de controlo de acessos.

8) Projeto do Núcleo de Apoio ao Estudante: Este ponto foi adiado.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

9) Outros assuntos: O Director informou que foi chamado à Reitoria para discutir aspectos relativos a certos cursos de mestrado. Identificou três planos: do ponto de vista legalidade as regras foram cumpridas; é preciso salvaguardar a situação destes alunos; do ponto de vista comunicacional e político foi entendido que, face ao contexto, e a um novo quadro legal que restringe a leccionação fora das instalações, este protocolo e outros serão suspensos. Os Conselheiros discutiram esta matéria, salientando o seu carácter sensível.

Foi ainda decidido ter em conta a realização de uma greve geral e o seu impacto na justificação de eventuais faltas, que se deverão ter em conta.

A próxima reunião foi agendada para dia 2 de julho às 09:30.

Lisboa, 26 de junho de 2013

O Diretor

(Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto)

O Secretário

(Marco Capitão Ferreira)